

Entre ruínas e histórias, histórias de ruínas: Atafona como paisagem do Antropoceno no Litoral Brasileiro¹

Between ruins and stories, stories of ruins: Atafona as an Anthropocene landscape on the Brazilian coast

Juliana Blasi Cunha

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

Carlos Abraão Moura Valpassos

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

Jason Bartholomew Scott

Colorado State University, Pueblo, Colorado, Estados Unidos da América

RESUMO

No delta do rio Paraíba do Sul, na região norte do estado do Rio de Janeiro, está situado o distrito de Atafona. Ao longo do século XX se estabeleceu ali o principal balneário dos moradores da cidade de Campos dos Goytacazes, que construíram em Atafona suas residências de vilegiatura e para as quais sazonalmente passaram a deslocar-se com suas famílias. Há cerca de 60 anos, com a intensificação das perturbações ecológicas sofridas pelo rio Paraíba do Sul, o mar iniciou um processo de paulatino avanço sobre as áreas construídas do balneário, “engolindo” quarteirões inteiros e eliminando casas, árvores e ruas da paisagem. Hoje, à beira da praia, vergalhões, paredes, lajes e outros resquícios daquilo que outrora foram as casas de veraneio constituem as ruínas de Atafona, oferecendo, a um só tempo, as imagens do presente e as memórias de um passado relativamente próximo. Nosso artigo, a partir de trabalho de campo etnográfico — da realização de entrevistas, de revisão bibliográfica, da consulta a material jornalístico e da análise de álbuns de fotografias de família — apresenta a constituição de Atafona como balneário das elites do Norte Fluminense e reflete sobre a formação das ruínas da praia e o impacto social do processo erosivo em uma paisagem que proporciona a materialização do Antropoceno.

¹ Este trabalho contou com apoios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) por meio do Edital nº 27/2021 Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1), do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e da Fullbright.

Recebido em 8 de novembro de 2024.

Avaliador A: 27 de fevereiro de 2025.

Avaliador B: 17 de abril de 2025.

Aceito em 25 de julho de 2025.



Palavras-chave: Atafona, Antropoceno, Ruínas, História oral, Brasil.

ABSTRACT

The district of Atafona is located in the delta of the Paraíba do Sul River, in the northern region of the state of Rio de Janeiro. During the 20th century, it became the main resort for the residents of the city of Campos dos Goytacazes, who built their summer homes in Atafona and traveled there with their families on a seasonal basis. About 60 years ago, with the intensification of the ecological disturbances suffered by the Paraíba do Sul River, the sea began a process of gradual encroachment on the built-up areas of the resort, “swallowing” entire blocks and eliminating houses, trees and streets from the landscape. Today, on the beachfront, rebar, walls, slabs and other remnants of what were once summer homes constitute the ruins of Atafona, offering, at the same time, images of the present and memories of a relatively recent past. Our article, based on ethnographic fieldwork—conducting interviews, reviewing bibliography, consulting journalistic material and analyzing family photo albums—presents the constitution of Atafona as a seaside resort for the elites of the North of Rio de Janeiro and reflects on the formation of the ruins of the beach and the social impact of the erosion process in a landscape that provides the materialization of the Anthropocene.

Keywords: Atafona, Anthropocene, Ruins, Oral history, Brazil.

INTRODUÇÃO

Nosso texto é sobre uma praia situada na foz de um rio, em uma região que costuma ficar distante das preocupações das grandes cidades. O que temos para contar, todavia, parece não apenas interessante ou curioso, mas sobretudo importante e, quiçá, didático. É uma história sobre pessoas, mas também sobre um rio, sobre o mar e sobre como tudo se relaciona para criar uma paisagem de ruínas. Nossa intenção aqui é apresentar algumas das histórias que ajudaram a elaborar as ruínas que atualmente caracterizam a praia de Atafona.

Figura 1. Destroços na praia vistos pela janela de uma casa em ruínas



Fonte: Carlos Abraão Moura Valpassos (2024).

Para isso, começaremos falando um pouco do rio Paraíba do Sul e de sua importância para as cidades do norte do estado do Rio de Janeiro, no Brasil. O rio que fornecia a água, que enriqueceu o solo e que disponibilizou a argila que seria utilizada para erguer as casas, foi o mesmo que causou enchentes e, por isso e para abastecer duas grandes metrópoles brasileiras, foi objeto de diferentes intervenções humanas. Depois, nosso foco será voltado para Atafona, quando destacaremos como ali se constituiu um dos principais balneários do Norte Fluminense, uma vez que a praia foi escolhida como local de vilegiatura pela elite de Campos dos Goytacazes, cidade que desempenhou importante papel na economia nacional devido à sua indústria sucroalcooleira. Abordaremos os primeiros episódios de frequência de Atafona por veranistas, apresentaremos fotos de suas casas e de algumas de suas atividades em meados do século XX. Nosso intuito é mostrar a riqueza das sociabilidades familiares e de sua relação com e nas casas que ali foram construídas, de tal forma que famílias e casas se identificaram e se amalgamaram.

Isso, que pode ser pensado como o período áureo de uma sociabilidade de vilegiatura, contrasta com a ameaça assombrosa, paulatinamente concretizada, do avanço do mar sobre Atafona. Essa é a parte final de nosso texto, quando destacamos as perturbações vivenciadas pelo rio Paraíba do Sul como principal explicação para o avanço do mar em Atafona. Em um movimento gradual, por vezes intensificado, as ondas do Atlântico avançam sobre as ruas e casas de Atafona, engolindo quarteirões e elaborando uma instável paisagem de ruínas.

As casas de vilegiatura, cenário da convivência das famílias e de diferentes eventos

e confraternizações, transformam-se, pouco a pouco, em memórias que não encontram materialidade em que possam se sustentar. São apagadas da paisagem, mas, antes disso, “resistem” ao mar: são dilapidadas por meio do toque das ondas e exibem, aos poucos, suas vigas e seus cômodos, até que caem e jazem na areia da praia, às vezes por meses ou anos, antes de serem encobertas por água e areia. Assim, embora removidas da paisagem e encobertas pelas águas do mar, as casas permanecem erguidas nas memórias de seus antigos frequentadores, fazendo com que a paisagem de ruínas constitua um conjunto de histórias oferecidas a quem as observa. Este trabalho, escrito a seis mãos, elabora um apanhado de dados etnográficos de diferentes momentos e origens. Nossa base são as entrevistas realizadas por Juliana Blasi Cunha entre os anos de 2005 e 2007 com antigos veranistas de Atafona, pessoas que, à época, tinham 70 anos ou mais e narravam as histórias das casas que estavam por perder ou que já tinham perdido para o mar. A partir de algumas dessas entrevistas, foram apresentados à etnógrafa alguns álbuns de fotografias que, ao mesmo tempo que recuperavam a história oral das famílias, apresentavam visualmente as antigas formas de sociabilidade nas casas e quintais que foram engolidos pelo mar.

Carlos Abraão Moura Valpassos e Jason Bartholomew Scott realizaram trabalho de campo colaborativo em Atafona durante os meses de janeiro, julho e dezembro de 2024. As experiências de campo dos três se reúnem aqui, com suas distintas inclinações teóricas, para tentar ilustrar o quadro de transformações promovidas pelo processo erosivo. Assim, apresentamos a mutável paisagem da praia de Atafona, com o intuito de relacionar história regional e crise climática a partir de um pequeno balneário no sudeste brasileiro.

O RIO PARAÍBA DO SUL

O rio Paraíba do Sul nasce no estado de São Paulo — no município de Areias, na Serra da Bocaina —, cruza o Vale do Paraíba e percorre três estados federativos: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo considerado o mais importante rio deste último. Suas águas abastecem inúmeras cidades ao longo dos cerca de 1.135 km de curso entre a nascente e seu delta, na divisa entre os municípios de São João da Barra, no distrito de Atafona, e São Francisco do Itabapoana, no arraial de Gargaú.

Antes do estabelecimento de qualquer toponímia — quando o mundo não era dividido em países, estados ou municípios, e quando nem mesmo os quilômetros eram utilizados como unidade de medida —, o rio Paraíba, mais protagonista do que cenário do drama que nos propomos a apresentar, já atuava na região do que hoje chamamos de Norte Fluminense.

Geógrafos, geólogos e eco-historiadores destacam o papel do Paraíba na formação da região, ressaltando que, a partir do deslocamento de sua foz da região do Furado para o atual delta entre Atafona e Gargaú, o rio aluvial depositou seus sedimentos na planície, configurando o solo que, após a colonização portuguesa², seria valorizado por seu potencial para o cultivo da cana-de-açúcar — principal produção de Campos dos Goytacazes no século XX. Como assinala Alberto Lamego (1945, p. 52):

Recapitulemos, de relance, as formações recentes da planície, tablado que o Paraíba, expulsando o Atlântico, ergueu para a vigorosa evolução histórica do campista. Os sedimentos recentes, solidificando a planície, é que nos deram o irrealizável solo para a cana. Toda a grandeza econômica de Campos dêles parte. Toda a história do açúcar e, consequentemente, a própria história social de Campos está enraizada a essa mancha de aluviões recentes, pequena em relação a área total ocupada. Todas as grandes repercussões econômicas e sociais, como adiante mostraremos, emanaram diretamente desse barro que enterrou o velho delta, dividiu naturalmente a gleba em um sem número de lagoas, insinuando a partilha da terra em propriedades médias e pequenas, incentivou lutas tremendas para essa divisão com o atrativo de um solo fertilíssimo e, paradoxalmente e ao mesmo tempo, conduziu toda essa plebe rural, eminentemente individualista, a grande monocultura que destrói a iniciativa particular.

O rio Paraíba descrito por Lamego desempenha protagonismo para a formação geológica e social do Norte Fluminense. Foi ele que proporcionou o solo argiloso que destaca o papel do ambiente para as atividades humanas, impulsionou a produção de açúcar nas engenhocas e engenhos ao longo dos séculos e possibilitou a instalação de 27 usinas de cana de açúcar no início do século XX. Foi também o mesmo solo aluvial que forneceu a matéria prima para as numerosas olarias da planície goitacá, que produziram os tijolos que ergueram as edificações das cidades do Norte Fluminense (cf. Lamego, 1945, p. 50 e p. 104). Na narrativa proposta por Lamego, o rio Paraíba do Sul é um herói desbravador que promoveu as condições necessárias para os empreendimentos econômicos que caracterizariam a região. Todavia, o rio que proporcionou historicamente os ativos da região é o mesmo que se apresentou como grande inimigo da população campista quando, depois da chegada dos portugueses, em períodos de

2 A região do Norte Fluminense é marcada por vestígios da colonização, que podem ser percebidos de diferentes maneiras, uma vez que estão expostos nas ruínas das usinas de cana-de-açúcar visíveis na paisagem, nos canaviais que circundam os espaços urbanos ou na fuligem que cai do céu como neve negra em função das queimadas realizadas no período de colheita da cana. A colonização também se expõe no nome da maior cidade da região, Campos dos Goytacazes, onde a toponímia indica que os campos da planície pertencem a um grupo étnico chamado Goytacazes, mas não menciona que estes foram dizimados ao longo da história. Não é nosso foco aprofundar o debate sobre a colonização da região Norte Fluminense, mas é preciso ter em mente que tudo que discutimos aqui possui um pano de fundo colonial, marcado pela escravidão, pela monocultura canavieira e pela expansão da agropecuária. Para reflexões que correlacionam as perturbações ecológicas sofridas pelo rio Paraíba do Sul, Atafona, a colonização da região Norte Fluminense e questões raciais, sugerimos a leitura do trabalho de Codeço (2025), em que ele apresenta textos historiográficos sobre investidas coloniais portuguesas na planície Goytacá para então propor uma interpretação contracolonial de tais eventos.

cheias, despejou suas águas sobre a cidade:

A enchente grande é o maior dos pesadelos do campista. Desde os longes coloniais que o Paraíba intermitentemente agigantado se atira contra a cidade para derrubá-la, buscando os caminhos de água e as lagoas aterradas que deixara outrora entre as elevações dos tabuleiros (Lamego, 1945, p. 165).

As enchentes causadas pelo rio Paraíba marcam a história da colonização portuguesa na região do Norte Fluminense. Os charcos caracterizaram-se como obstáculos à ocupação da região, pois dificultavam o cultivo de cana e a criação de gado. O trabalho de Lamego, claramente inspirado no clássico livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, dá ao ambiente forte destaque na conformação das ações humanas. Ao escolher o título de sua obra, *O Homem e o Brejo*, Lamego enfatizou a relação entre homens e brejos, conjugando-os. O texto, ao mesmo tempo em que destaca as benesses proporcionadas pelo rio Paraíba do Sul, apresenta-o também como grande antagonista. Trata-se, pois, de uma relação de ambiguidade, uma vez que o rio Paraíba que traz riqueza e prosperidade é o mesmo que destrói aquilo que foi construído e que dificulta a “exploração” do ambiente.

A luta entre homens e charcos é o tema central no livro de Lamego. Ali estão expostos os desafios impostos pelo ambiente aos interesses humanos. As cheias recorrentes alagavam a cidade de Campos, prejudicavam as plantações e os pastos para, depois, deixar uma área alagada. Esses brejos, criados e recriados sazonalmente, passaram a ser identificados como áreas insalubres, uma vez que representavam ambientes adequados para a proliferação de mosquitos vetores de doenças que assolavam a população. Constitui-se, assim, uma representação das áreas alagadas como ambiente associado às doenças que — como a malária, a febre amarela, o tifo etc. — prejudicavam a população e, com ela, o desenvolvimento econômico e social (Valpassos, 2021; Mello; Vogel, 2004).

A correlação entre doenças, áreas alagadas e subdesenvolvimento transformou-se em uma questão de saúde pública no Brasil do século XX. Foi desse modo que, em 1940, foi criado o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Esse órgão materializou no relevo, por meio de diversas intervenções da engenharia hidráulica, a cosmologia do saneamento (Valpassos, 2021), levando à realização de obras que, para proporcionar o progresso da nação, visavam trazer dinamismo ao que parecia ser um regime estático das águas. O fluxo e o movimento se apresentavam como benéficos, ao contrário daquilo que se mostrava estático. Era necessário que as águas fluíssem e, para isso, foram realizadas inúmeras dragagens e retificações de rios e córregos. E, como o saneamento se apresentava como questão nacional, o Norte Fluminense era, por suas características geográficas, um dos principais desafios.

O rio Paraíba do Sul, antigo desafio aos interesses humanos, que já era alvo de diferentes intervenções antrópicas ao longo da ocupação da região, tornou-se alvo privilegiado da cruzada sanitária. Canais foram abertos de modo a desviar as águas do rio para a Lagoa Feia, para que de lá escoassem para o oceano e, assim, fossem evitadas, ou atenuadas, as enchentes. Do

mesmo modo, diversos afluentes do rio Paraíba do Sul foram retificados ou canalizados. Como se não bastasse, o processo de urbanização da região sudeste do Brasil, ao longo do século XX, representou maiores ataques ao rio: a intensificação da captação de água para abastecimento das cidades, o despejo de esgoto sem tratamento, o desmatamento das matas ciliares e a extração de areia para a construção civil. Como resultado, o rio Paraíba do Sul foi não apenas poluído, mas também intensamente assoreado, o que se refletiu na redução de sua profundidade em diversos pontos e na perda de vazão. Se na primeira metade do século XX o transporte de mercadorias entre Campos e o porto de São João da Barra era feito pelas águas do Paraíba do Sul (Lamego, 1974), o século XXI apresentaria um rio que, em determinadas épocas do ano, poderia ser atravessado a pé pelos moradores de Campos dos Goytacazes.

Percebemos que Lamego dedica sua atenção aos eventos que marcam a região deltaica do Paraíba do Sul, enfatizando as atividades e empreendimentos que marcaram o rio até o início da década de 1940. Todavia, estamos tratando de um rio com mais de 1.000 km de extensão, que atravessa todo o sudeste brasileiro – região mais povoada do país. Nesse sentido, para termos uma dimensão mais apropriada das perturbações ecológicas³ sofridas pelo Paraíba do Sul, devemos ter em mente que o processo de intervenções se deu ao longo de todo o seu curso, e não apenas na região do Norte Fluminense, desde sua nascente até sua foz, do período colonial até os dias de hoje, tal como destaca Pádua (2022).

Na segunda metade do século XX, paulatinamente houve a adoção de iniciativas no sentido de reduzir os danos causados ao rio Paraíba do Sul. Desde a década de 1980, são organizados, em diferentes cidades, mutirões para coleta de lixo das margens fluviais. Do mesmo modo, foram implementadas leis para limitar a retirada de areia do leito do rio, e ao longo das primeiras décadas do século XXI foram conduzidos projetos para a recuperação e a preservação de nascentes. Apesar de seu valor moral, tais iniciativas ainda são tímidas diante das ações que poluíram e desviaram as águas do Paraíba do Sul. Todas essas ações, que podemos classificar como perturbações ecológicas, aconteceram sobretudo nas regiões urbanizadas atravessadas pelo rio, e seus efeitos podem ser sentidos em diferentes áreas — como, por exemplo, o processo de desertificação vivenciado na região Norte Fluminense, onde o rio Paraíba do Sul, que antes era motivo de medo em virtude das enchentes, se transformou em fonte disputada de água para

3 Além das perturbações ecológicas causadas pelo despejo de esgoto *in natura*, pelo desmatamento das matas ciliares, pela extração de areia do leito do rio e pelos desvios para abastecimento de diferentes cidades ao longo de seu curso, o Paraíba do Sul também sofreu em diferentes ocasiões com o derramamento de material tóxico resultante das atividades industriais e de mineração, tal como em 1982, quando do rompimento da barragem de lama tóxica da Cia. Paraibuna de Metais, e em 2003, quando houve a ruptura da barragem da indústria Cataguases de Papel, quando foram despejados cerca de 1,2 bilhão de litros de rejeitos químicos no rio Pombo, que depois desaguaram no Paraíba do Sul. Para maiores detalhes sobre derramamentos de rejeitos industriais no leito do rio e seus efeitos sociais, consultar Huguenin (2006) e Huguenin e Martínez (2023).

irrigação de lavouras.

AS CASAS DE VILEGIATURA

Atafona é um dos principais balneários dos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Todavia, a Atafona de hoje contrasta de modo notável com os períodos de esplendor vivenciados no século passado. A relação entre Atafona e a cidade de Campos começou em virtude de interesses pragmáticos: Campos necessitava de um acesso ao mar para enviar sua produção. Lamego (1945) assinalou a dependência de Campos em relação a São João da Barra e Atafona em função das atividades portuárias.

Os interesses econômicos podem ser pensados como o ponto de partida. No entanto, mesmo com o declínio das atividades portuárias, sobrepujadas pelo transporte ferroviário, a relação entre Campos e Atafona se manteve. Na aurora do século XX, o arraial, para além de seu potencial portuário, passou a ser conhecido também por seu “clima privilegiado”, o que estimulou o início da visitação de Atafona enquanto balneário. Atafona passava a ser conhecida como uma região dotada de propriedades terapêuticas e, assim, aos doentes de beribéri eram recomendadas atividades físicas e “ar puro”.

O característico vento nordeste, a areia monazítica e a alta concentração de iodo são características da praia de Atafona ressaltadas, frequentemente, por seus antigos frequentadores, que a propagandeiam como ‘3º melhor clima medicinal do mundo’. As propriedades medicinais de Atafona são, quase sempre, o primeiro assunto em suas narrativas sobre Atafona e esse seu período inicial de frequentação. Muitos são os casos narrados de parentes e conhecidos que, em Atafona, se curaram de enfermidades variadas e, nessa época inicial, principalmente, o beribéri (Blasi Cunha, 2020, p. 84).

As propriedades terapêuticas mesclavam-se com a ludicidade com que os campistas passaram a vivenciar o local. A fruição do lugar encontrava-se em processo de transformação e aquela praia de águas castanhas, antes frequentada apenas por poucos pescadores, passou a receber pessoas que buscavam recuperar a saúde e, nesse ínterim, despertaram em seus familiares o desejo de vivenciar a praia como espaço de lazer. Ali a estética da paisagem, associada à ruptura dos ritmos laborais, oferecia as condições ideais para que uma parcela afluyente da sociedade campista a elegesse como balneário. As primeiras décadas do século XX, desse modo, viram Atafona transformar-se, primeiro, em um lugar de repouso e recuperação; e, depois, em um lugar lúdico, no qual a rotina do trabalho cedia lugar para a sociabilidade das varandas e para as caranguejadas e peixadas sob as frondosas amendoeiras.

Havia, no entanto, uma estrutura urbana pouco desenvolvida, e serviços considerados

essenciais — como água encanada, esgoto e o fornecimento de energia elétrica — faziam-se ausentes. Isso limitava a frequência turística e, ao mesmo tempo, impulsionava a adequação do lugar aos interesses de seus visitantes.

Nessa época, poucas pessoas habitavam Atafona. Os moradores da região estavam nas ilhas da Convivência e do Pessanha ou na cidade de São João da Barra. A frequência inicial se deu a partir do uso das casas de pescadores, mas não demorou muito para que os veranistas, em busca de condições mais confortáveis, comessem a erguer suas próprias casas de vilegiatura.

Na primeira metade do século XX, quando começaram a ser erguidas pela elite de Campos dos Goytacazes as primeiras casas de vilegiatura de Atafona, houve uma valorização das sociabilidades estivais, o que ampliou o interesse pela praia e pela elevação de novas vivendas.

O recrudescimento da frequência turística fez com que aumentasse a população residente em Atafona, o que acelerou o processo de urbanização do arraial. Os veranistas, desse modo, desempenharam um papel importante para que as pessoas tomassem Atafona como local de moradia permanente. Pois, a partir de relações sociais e políticas, as famílias de veranistas impulsionaram investimentos no balneário, dotando-o de luz elétrica e água encanada.

A conversão de Atafona em balneário campista iniciou um processo de migração pendular que dura até os dias de hoje, quando muitas famílias se deslocam de Campos para Atafona para passar a temporada de verão na praia.

essas famílias faziam uma verdadeira mudança para Atafona. Os preparativos para a temporada de verão começavam desde fins de dezembro, quando já se organizavam os objetos e utensílios que seriam levados para Atafona. Levava-se louças, panelas, roupas de cama, colchão, camas, fogão e os funcionários domésticos (cozinheira, passadeira, copeira, arrumadeira, lavadeira etc.) com os quais estavam acostumados em Campos (Blasi Cunha, 2020, p. 87).

Nesse ínterim, quando a frequência do balneário dava seus primeiros passos, havia uma sociabilidade intensa nos ambientes domésticos. As casas eram instituições privilegiadas das relações entre as famílias, e as varandas eram o palco de boa parte das reuniões. Ali eram realizadas as brincadeiras diversas, como jogos de víspera e de baralho, bem como serenatas e contações de histórias e “causos”.

Figura 2. Pessoas reunidas na varanda da casa Jangada Ypiranga



Fonte: Arquivo Privado de Rosely Sanz Blasi (1949).

Figura 3. Pessoas reunidas posando para foto na varanda da casa Jangada Ypiranga



Fonte: Arquivo Privado de Rosely Sanz Blasi (1949).

A edificação de casas trouxe novas dinâmicas ao arraial, transformando a paisagem, reconfigurando relações e criando identidades:

Era comum que as residências de vilegiatura dessas famílias recebessem nomes, como, por exemplo, Vila Rosita, Vivenda Gaby, Vila Dora, Vivenda Boeschestein e Vila Dois Irmãos. Tais nomes eram fixados na fachada ou na parede das varandas dessas casas. Além de homenagear a dona do lar, figura tutelar dessas casas e famílias, por vezes, esses nomes serviam para marcar a identidade das famílias no balneário. Através do nome era possível identificar a localização de uma casa e seu respectivo dono em Atafona. As casas estavam diretamente relacionadas à identidade das famílias a que

pertenciam (Blasi Cunha, 2020, p. 92).

As casas e suas famílias tinham identidades mescladas e constituíam a toponímia do arraial. Orientavam, portanto, moradores e veranistas que precisavam se deslocar por Atafona em busca de lugares específicos:

Essas casas dos veranistas de Campos, por vezes, são centenárias e, através dos seus nomes ou reuniões que nelas se realizavam, marcaram a identidade dessas famílias no balneário. Através da história da construção, inauguração e reformas de suas casas, meus interlocutores muito me revelaram sobre a história de suas famílias em Atafona. A partir da casa, rememoravam episódios, pessoas e querelas (Blasi Cunha, 2020, p. 96).

Figura 4. João Sanz posando na varanda da casa Jangada Ypiranga



Fonte: Arquivo Privado de Rosely Sanz Blasi (1947).

Figura 5. Pessoas brincando com uma bola na praia de Atafona



Fonte: Arquivo Privado de José Carlos Pereira (1957).

No final da década de 1950 foi construída a estrada asfaltada que liga Atafona a Campos dos Goytacazes. Isso facilitou o acesso ao balneário e estimulou ainda mais sua frequência. Para atender às demandas dos frequentadores de Atafona, nessa época foram instalados, pouco a pouco, bares e restaurantes, sobretudo na região do Pontal, onde encontravam-se o rio Paraíba do Sul e o oceano Atlântico.

Figura 6. Vista panorâmica do Pontal de Atafona



Fonte: Arquivo Privado de César Caldas (1972).

Em 1959 o Atafona Praia Clube foi fundado e esse foi um marco importante para a dinâmica das relações familiares no balneário. Com o clube, era possível que o carnaval fosse festejado em Atafona, sem a necessidade de retornar para Campos para participar dos bailes.

Uma das principais razões apontadas para a fundação desse clube era não ter mais que interromper a temporada de verão para “brincar” o carnaval nos salões dos clubes sociais de Campos. Nas décadas de 1960 e 1970, muitas foram as atividades sociais promovidas por essas famílias para o desfrute do seu grupo: shows com artistas de destaque nacional, bailes do Hawaïi, festas à fantasia e concursos para eleger a “rainha do verão” (Blasi Cunha, 2020, p. 113).

Figura 7. Baile de Carnaval no Atafona Praia Clube



Fonte: Arquivo Privado César Caldas (1969).

O clube foi fruído e frequentado pelos jovens da época — que eram, em parte, netos da primeira geração de veranistas de Atafona: “Seus avós foram os pioneiros do início do século e seus pais, os jovens que frequentaram a Atafona rústica da década de 40” (Blasi Cunha, 2020, p. 113). Era a “geração goiabada”, pessoas de “vinte e poucos anos” que, nos anos de 1970, buscavam vivenciar espaços para além do âmbito doméstico e da consequente observação familiar.

Esses novos espaços de frequência ampliavam as possibilidades, mas não reduziam a intensidade e a relevância das atividades sociais realizadas nos espaços domésticos. As casas continuavam a ser fundamentais para a visita de diferentes grupos domésticos de uma mesma família extensa ou mesmo para os encontros entre pessoas de diferentes famílias. Celebrações

eram feitas em forma de almoços ou caranguejadas, nos quais as pessoas passavam as horas vendo o tempo passar debaixo das “frondosas amendoeiras” dos quintais. Ter ou frequentar a casa de vilegiatura de uma dessas famílias significava o acesso a um grupo de pessoas e relações; estar em Atafona, nesse sentido, era estar associado a uma determinada casa e, portanto, a uma determinada família.

Ter uma casa em Atafona era um desejo para as famílias de Campos de Goytacazes. Isso significava prestígio e reconhecimento, além de participação e integração nas dinâmicas regionais. Desse modo, “Entre as décadas de 60 e 80, Atafona atingiu notoriedade entre as outras praias da região. A fama é a de um balneário frequentado por famílias ‘da sociedade’ campista em busca da vivência do lazer nos meses de suas férias” (Blasi Cunha, 2020, p. 116). Nesse período, a construção das residências de vilegiatura de veranistas de Campos intensificou-se consideravelmente. A paisagem da restinga, composta por extensões de areia e pitangueiras para todos os lados, aos poucos, foi mudando e tomando formato de amplas avenidas com quadras delimitadas — uma delas conhecida como “Avenida dos Campistas”.

Ao final do século XX havia famílias que frequentavam Atafona há cinco gerações, nas mesmas casas. As histórias dessas famílias estavam associadas às suas casas de vilegiatura e estas, por sua vez, estavam sendo ameaçadas ou já tinham sido engolidas pelo mar.

A PAISAGEM DE RUÍNAS: O AVANÇO DO MAR SOBRE ATAFONA

Hoje, Atafona é conhecida por suas ruínas. Reportagens da imprensa nacional e internacional⁴ debruçam-se sobre as ruínas, explorando as histórias que constituíram aquela paisagem de ares apocalípticos que fascina turistas, desperta tristeza e saudosismo nos antigos proprietários das casas e em seus descendentes, intriga pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e desafia o cotidiano daqueles que insistem em viver em Atafona.

4 Diversas reportagens e documentários estão disponíveis na Internet. A título de ilustração, podemos citar a reportagem *Como é a vida em Atafona, distrito do Rio que está sendo engolido pelo mar*, da Folha de São Paulo, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Y3jhD_Qvuww&t=12s; a reportagem da TV Record, apresentada no programa Domingo Espetacular, intitulada *Avanço do mar provoca destruição e engole parte de distrito no litoral do RJ*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1G20FG3zB-I>; a matéria publicada na revista norueguesa Dagbladet, intitulada *Byen som slukes av havet*, disponível em <https://www.dagbladet.no/nyheter/byen-som-slukes-av-havet/78541319>; e a matéria assinada por Caio Barreto Briso, na Revista National Geographic, intitulada *A rising sea is eating away this Brazilian town*, disponível em <https://www.nationalgeographic.com/environment/article/a-rising-sea-is-eating-away-this-brazilian-town>.

Quando a paisagem de Atafona é tema de ensaios fotográficos, utilizada para campanhas de publicidade⁵ ou obras artísticas — como o videoclipe da música “Amor Marginal”, de Johnny Hooker⁶ —, algo de trágico, decadente ou apocalíptico é ressaltado. Georg Simmel (1998, p. 139) assinalou que as ruínas destacam a oposição entre natureza e cultura: “o que erigiu o edifício foi a vontade humana, o que lhe confere sua aparência atual é o poder da natureza [...]”. As ruínas seduzem, pois destacam o poder da natureza e sua vitória sobre o que Simmel chama de “espírito humano”. A natureza possibilita a criação humana e esta, por fim, é recuperada pela natureza.

Entendemos que as ruínas são processos históricos que articulam humanos e não humanos com o tempo. São verdadeiras memórias incrustadas em artefatos liminares⁷ que se recusam a definir se pertencem ao passado, ao presente ou ao futuro. Elas são e estão ali, no agora, evocando o que se foi, possibilitando ponderações sobre o que se é e convocando a refletir sobre o que se há de ser. Em tempos de crise ambiental, ruínas provocam a imaginação. Elas nos convidam a compor histórias, a narrar eventos e a decidir sobre o que fazer em relação ao porvir. De acordo com Susan Stewart (2020, p. XIV):

As ruínas surgem nas fronteiras das culturas e civilizações – fenômenos sincréticos, o seu próprio aparecimento depende de um ato de tradução entre o passado e o presente, entre os que pereceram e os que sobreviveram. As ruínas são, neste sentido, os alter egos do inacabado, e constituem um alerta aos construtores de monumentos.

As ruínas são, ainda, artefatos pedagógicos, pois são capazes de ensinar a quem se dispõe a observá-las e pesquisá-las. Dessa forma, elas podem constituir-se como sinais de alerta e, justamente por isso, entendemos que a paisagem de ruínas pode ser emblemática para refletir sobre a crise climática e sobre os processos que nos trouxeram até aqui.

Anna Tsing argumenta que as paisagens são o resultado dos encontros de diferentes personagens, humanos e não humanos. Elas possuem profundidade temporal e denotam, nesse sentido, os resultados de ações passadas e presentes; envolvem inúmeros atores e constituem-se como lugares de relações. Paisagens são, portanto, dinâmicas – e nelas “humanos são parte da história, mas os humanos não fazem a história”:

Uma paisagem é o sedimento de atividades humanas e não humanas, bióticas e

⁵ Atafona foi escolhida pela marca Misci como locação para o vídeo de sua apresentação na São Paulo Fashion Week do ano de 2020, quando o evento comemorou 25 anos e foi realizado de modo totalmente digital, em virtude da pandemia de coronavírus.

⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qe713DXVF8k>. Acesso em: 22 out. 2025.

⁷ Para uma discussão maior sobre as ruínas de Atafona como paisagem liminar, ver Blasi Cunha e Valpassos (2025).

abióticas, importantes e construídas sem intenção. Paisagens são mundos ativos da vida, sustentados por traços e legados materiais, mas ainda abertos a formas e possibilidades emergentes (Tsing, 2019, p. 149).

Quando consideramos Atafona como uma paisagem de ruínas, a partir das leituras de Simmel, Stewart e Tsing, podemos reformular a relação daquilo que um dia se pensou como natureza e cultura, inserindo no espaço as noções de tempo, perturbação, colaboração e ação. As ruínas contam histórias de pessoas, do mar, do rio, dos ventos, da areia e de outras coisas mais que ainda não vislumbramos. As ruínas são o resultado das histórias de encontros e relações, e tudo isso se revela em Atafona, despertando curiosidade e perplexidade diante de um fenômeno ainda não plenamente compreendido.

Figura 8. Casa atingida pelo processo de erosão



Fonte: Jason Bartholomew Scott (2024).

Podemos tomar o avanço do mar como um processo “feral”, ou seja, como “reações não projetadas de não humanos às infraestruturas humanas” (Tsing, 2019, p. 14), e isso pode destacar as reações do mar e do rio Paraíba do Sul aos desvios feitos nas águas deste, bem como a todo o processo de assoreamento e de retificação e canalização de afluentes. Estes, entretanto, são apenas alguns dos componentes explicativos de um fenômeno que envolve múltiplas facetas, tal como destaca Gilberto Pessanha Ribeiro em Briso (2021, n. p.):

Há em Atafona, principalmente entre os moradores antigos, uma mistura de misticismo, religião e ciência. Para eles, o oceano é um ser vivo e a erosão costeira um castigo pelos erros cometidos pelo homem, como ter construído a velha igreja na praia com as

costas voltadas para o oceano. [...] Não há uma explicação única. Temos as mudanças climáticas, mas também os eventos regionais: influência do vento, as ondas, os efeitos astronômicos das marés e o transporte de sedimentos pelas correntes costeiras.

Diferentes questões estão envolvidas no fenômeno de avanço do mar sobre Atafona. As intervenções realizadas no rio Paraíba do Sul, todavia, parecem se destacar, uma vez que a diminuição da vazão do rio faz com que menos sedimentos sejam depositados na foz, facilitando o avanço do mar. Na segunda metade do século XX, o fenômeno já se manifestava, mas não parecia ser uma ameaça às casas de vilegiatura do arraial. O mar, naquela época, iniciava seu avanço de um modo lento e gradual, marcado por avanços e recuos, pessimismo e esperança. A paisagem de ruínas se constituiu gradualmente e as ruínas de hoje são artefatos da memória de muitas ações.

Figura 9. Mar avançando em um dia de ressaca



Fonte: Theo Valpassos (2021).

Para ilustrar um pouco disso, tomaremos como exemplo a casa de Nídia Lysandro de Albernaz. Como muitas outras pessoas, ela veraneou em Atafona desde sua infância. Em 1971, edificou sua casa no arraial – uma das mais imponentes já construídas em Atafona. Na época, a casa ficava a mais de 400 metros da beira mar e a família utilizava um jipe para percorrer o trajeto.

Quando teve a primeira invasão da água lá na região dos pescadores, que se chama de Pontal, eu tive um grande pesar por eles. Agora, eu não podia imaginar que o mar chegasse até a nossa casa. Eu nunca mais fui a Atafona, desde que o mar se aproximou

da nossa casa. Eu sabia. Eu tinha notícias, mas não queria saber como o mar estava, não tinha interesse. O muro da minha casa era enorme e os portões de madeira com barras de ferro, eram três: um para entrada de carro, outro de entrada social para a casa e outro de serviço. Primeiro, disseram que o mar tinha tombado os portões. Depois, não sei. Dizem que a água chegou até a porta do living e dos quartos da frente. Eu e o arquiteto planejamos tudo de tal modo que, sentada da minha mesa da sala de jantar, eu via o alto-mar. A distância era imensa. O areal você não pode imaginar (Blasi Cunha, 2020, p. 122).

Figura 10. Localização da casa de Nídia Lyzandro de Albernaz



Fonte: Arquivo Privado de César Caldas (1972).

Pouco a pouco, o mar avançou sobre a faixa de areia, até o ponto em que nada mais separava a casa de Nídia das ondas que batiam literalmente em sua porta. Não é possível precisar quando a casa foi destruída pelo mar, mas suas ruínas ficaram expostas por décadas, compondo a paisagem de Atafona.

A história da casa de Nídia é importante. Nela temos o relato de alguém que possuía vínculos sentimentais com Atafona, que ali estabeleceu seus afetos familiares e viveu momentos importantes de sua vida. Sua casa, nesse sentido, transcende os aspectos instrumentais da moradia, pois está envolvida por sonhos e memórias. Nídia decidiu erguer a casa acreditando que ela não seria atingida pelo avanço das águas. A edificação se pautou nos desejos de sua dona e no contexto daquele período, quando não se imaginava que a casa seria alcançada. Todavia, com o passar do tempo e com a continuidade das intervenções sobre o rio Paraíba do Sul⁸, a

⁸ Para ilustrar a intensidade das intervenções sobre o rio Paraíba do Sul, podemos destacar que em outubro de 2021 a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo obteve autorização para retomar a captação de águas

paisagem da praia foi se transformando até que a mansão se converteu em ruína. E a ruína ficou ali por décadas, se alterando e sendo alterada pelos movimentos das marés, lembrando aos passantes que outrora ali foi erguida uma grande casa.

A casa de Nídia também é exemplar como constituinte de metáforas. Nídia era filha de Bartolomeu Lysandro de Albernaz, dono de duas importantes usinas de cana-de-açúcar de Campos dos Goytacazes (Poço Gordo e São João). Na segunda metade do século XX, os usineiros da região tiveram importante papel no estímulo das políticas de saneamento. Eles, na época, lutavam contra as águas das enchentes do Paraíba do Sul que alagavam suas plantações. No início do século XXI, a região passou a sofrer um processo de desertificação, um fenômeno “feral” ainda em andamento, e a luta contra as águas se transformou em luta pelas águas – para irrigação das lavouras, satisfação das necessidades da criação de gado e para o abastecimento da população de Campos dos Goytacazes. Quando a casa foi erguida, a produção sucroalcooleira vivia um período áureo. O avanço do mar coincidiu com a decadência da produção de cana-de-açúcar e as ruínas da casa espelharam o processo de ruína econômica e social de um setor de grande destaque regional e nacional. Tudo isso são apenas metáforas, mas são também aspectos importantes que constituem as ruínas de Atafona enquanto histórias sociais capazes de promover, tal como observaram Veiga e Mello (2015, p. 199), um “jogo entre o passado e o presente, entre a extinção e a permanência, entre guerra e paz, morte e vida ou mesmo entre natureza e humanidade”.

Fernando Codeço (2021, p. 253) destaca que as casas são “mastigadas” pelo mar em um processo de “ecofagia”: “o mar está voltando, mas em seu retorno ele escava e desenterra memórias e existências silenciadas e ceivadas pelo avanço da civilização”. Não se trata de um movimento abrupto, mas sim de uma coreografia pautada por constantes idas e vindas, como se o mar estivesse lentamente ingerindo e digerindo as casas.

Da escarpa erosiva para o mar temos uma área que passa a sofrer um intenso processo de reviramento, o mar cava retirando as areias da praia e expondo as ruínas que já estão em processo de deglutição há mais tempo, e depois de um tempo volta a jogar areia, enterrando novamente a maior parte das ruínas. É um processo lento de deglutição, como se o mar tivesse que mastigar bem as ruínas antes de engoli-las completamente. As ruínas de maior porte, como, por exemplo, a do já referido “prédio do Julinho”, podem levar muitos anos para serem completamente “mastigadas” e “engolidas” (Codeço, 2021, p. 251).

do rio Paraíba para abastecer o Sistema Cantareira, que atende a região Metropolitana de São Paulo. Isso aconteceu depois que a cota anual de captação de água foi atingida: 162 bilhões de litros de água. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/13/sabesp-obtem-nova-autorizacao-para-captar-agua-do-rio-paraiba-do-sul-e-abastecer-o-sistema-cantareira.ghtml>. Acesso em: 22 out. 2025). Além disso, o rio Paraíba do Sul, desde meados do século XX, cede suas águas para o abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, através da transposição para o rio Guandu.

Figura 11. Casa erodindo



Fonte: Carlos Abraão Moura Valpassos (2023).

Enquanto algumas pessoas, como Nídia Albernaz, decidem não retornar a Atafona para não se confrontar com as ruínas — e as memórias — de suas antigas residências de vilegiatura, há outras que tomam essas ruínas como casas e recuperam a habitabilidade da paisagem, reconfigurando-a: “entre estas ruínas, algumas ainda seguem habitadas por pessoas que aprenderam a conviver com a força intensa dos ventos, da maresia e assaltos intempestivos das ressacas, alguns deles são pescadores e criam arquiteturas improváveis com as ruínas que são táticas para adiar a erosão” (Codeço, 2021, p. 253). A paisagem é reapropriada e ressignificada. Novas histórias e novas relações se estabelecem em Atafona. A vida continua e deixa evidente a transitoriedade da paisagem, ao mesmo tempo que expõe como as diferentes classes sociais experimentam de modo diverso o processo de avanço do mar. Para os mais pobres não se trata de retornar às residências principais, “da cidade”, mas sim de procurar, ali mesmo, outras moradas ainda não atingidas, mas já ameaçadas, pelas águas⁹. Ou seja, para muitas pessoas atingidas pelo processo erosivo, resta a ocupação de casas que ainda podem ser habitadas ou a aceitação de deslocamento para outras partes do balneário ainda não atingidas pela erosão. Temos assim a

⁹ Os ritmos da vida em Atafona se alternam de acordo com as variações ambientais, sejam elas proporcionadas pelo mar, a partir de recuos ou avanços, ou mesmo pela mudança das estações, onde a calmaria do inverno contrasta com o “alvorço” causado pela chegada dos veranistas. Para maiores detalhes sobre os ciclos rítmicos da dinâmica socioambiental e sobre como, entre as idas e vindas do mar, as pessoas perdem suas casas, “esperam” e se apropriam das casas que estão no caminho da erosão em Atafona, ver Pitrez (2025).

constituição dos “deslocados ambientais”, categoria utilizada por Macalli (2025) para referir-se às pessoas de Atafona, em geral famílias de pescadores¹⁰, que tiveram suas casas “engolidas” ou “devoradas” pelo mar.

Figura 12. Casa atingida pela erosão, com um cachorro deitado no sofá observando a praia



Fonte: Theo Valpassos (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos uma crise climática sem precedentes. O problema possui escalas planetárias e se descortina de um modo totalizante, mas os impactos e a tragicidade desse processo são sentidos e vividos de forma local. Estamos diante dos desafios do Antropoceno e de seus mais evidentes efeitos: o aquecimento global e o aumento do nível dos oceanos. O planeta Terra passou a ser percebido como um ecossistema integrado e complexo, no qual humanos e não humanos estão relacionados e se influenciam mutuamente. Gísli Pálsson (2020, p. 88) observa que

Com o advento do aquecimento global, as geleiras do mundo começaram a ensinar

10 Cabe destacar que os pescadores de Atafona vivem o processo de erosão ao mesmo tempo em que estão envolvidos em conflitos territoriais promovidos pela construção do Porto do Açú, pela exploração de petróleo na região e pela pesca industrial realizada por embarcações estrangeiras. Para maiores detalhes sobre o tema, sugerimos o trabalho de Falcão (2013).

à humanidade uma segunda e mais profunda lição, sobre a susceptibilidade da Terra ao impacto humano. Em alguns casos, o derretimento é acelerado por partículas de incêndios distantes, causados por humanos, que ficam presas na neve e no gelo, escurecendo a superfície das geleiras e aumentando a absorção da energia solar. Nesse sentido, incêndios e desmatamento recentes na Amazônia estão contribuindo para o derretimento das geleiras dos Andes.

Nesse sentido, entendemos que, quando contamos histórias sobre as ruínas de Atafona, estamos falando sobre as pessoas que ali construíram suas casas e viram o mar destruí-las paulatinamente, engolindo suas memórias e despedaçando a materialidade do que poderíamos entender como uma topofilia (cf. Tuan, 2015). Falamos de famílias, de casas, de festas e de destruição ao mesmo tempo em que colocamos todas essas questões em um contexto de crise climática e de intervenções antrópicas com consequências indesejadas e, quiçá, impensadas quando foram executadas. As ruínas de Atafona estão relacionadas ao avanço do mar e à redução da vazão do rio Paraíba do Sul. Isso, por sua vez, possui relação com as políticas públicas de saneamento do Brasil e com o abastecimento hídrico das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. E não é só. Pois o avanço do mar em Atafona também pode ser relacionado com a redução dos índices pluviométricos da região sudeste do Brasil e, por isso, com o desmatamento da Amazônia; isso para não mencionar o aumento do nível dos oceanos.

O Antropoceno é importante porque a habitabilidade é ameaçada pelas repercussões das atividades humanas. E nós experimentamos a habitabilidade apenas através dos lugares. O Antropoceno é encenado em lugares, mesmo quando é uma circulação global. Esta não é a mesma situação, digamos, de corporações supostamente globais, que existem apenas em lugares específicos. Lá, a ideologia é global e a implementação é local. O Antropoceno é global; só faz sentido em escala planetária. E é também sempre restrito, perspectivo e performativo. Isso não é apenas porque várias pessoas imaginam o Antropoceno de forma diferente, ou apenas porque os sistemas globais causam impacto em vários tipos de pessoas de maneira diferente. É mais que isso. O Antropoceno é fragmentado porque é composto de várias assembleias de habitabilidade. Existe em e através desses fragmentos (Tsing, 2019, p. 205).

Hoje não sabemos como está o mar em Atafona. Seria necessário caminhar até a praia para saber se as águas estão avançando sobre as construções, se estão tal como as vimos em nosso último encontro ou se recuaram, afagando assim os espíritos daqueles que temem o momento de deixar ou perder suas casas. Sabemos, no entanto, que independente do que se passa no dia de hoje, o mar apresenta uma tendência a avançar. E essa tendência, sentida pelos moradores e pelos veranistas de Atafona, é constatada por geógrafos e por outros profissionais do mundo acadêmico que acompanham a produção de ruínas que se estabelece naquela praia. Sabemos, ainda, por meio dos periódicos regionais, que há organização política — articulada por moradores, veranistas e políticos locais — no sentido de promover obras de engenharia que alarguem o cordão litorâneo, afastando as águas e salvaguardando as construções que ainda

não foram atingidas. Isso, todavia, é um processo em andamento que ainda não se efetuou nas areias de Atafona, mas que nos faz pensar sobre como, em diferentes manifestações da crise climática, são evocadas a racionalidade e a técnica, expressas em cálculos e materializadas por meio do uso de diferentes tipos de máquinas com o objetivo de conter os desdobramentos dos fenômenos ferais e manter a ilusão de que há uma separação entre natureza e cultura – e de que esta última é capaz de administrar a primeira. Ou talvez esta última frase represente apenas nosso pessimismo diante das ações adotadas pelas pessoas que desejam impedir, ou retardar, o avanço do mar sobre suas casas e sobre seu lugar. E o emprego das racionalidades e técnicas disponíveis, então, pode ser, seguindo as ideias da Haraway (2022), uma forma de lidar/ficar/conviver com o problema.

Para finalizar este texto, e não o debate e a circulação de histórias e ideias, entendemos que, quando falamos de Atafona, uma pequena praia do litoral do Norte Fluminense, abordamos problemas de outra escala, sem deixar de tratar da dimensão local e dos seus efeitos tais como sentidos e vivenciados pelas pessoas que habitam, habitaram ou veranearam nas casas que hoje são ruínas. Atafona nos remete ao Antropoceno e, quando pensamos no Antropoceno, podemos facilmente ser remetidos à Atafona como um prelúdio dos desafios que se apresentam em decorrência da crise climática.

REFERÊNCIAS

1. BLASI CUNHA, Juliana. **Atafona**: Sociabilidade e memória em um balneário no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.
2. BLASI CUNHA, Juliana; VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. Atafona: a crise ecológica e a manifestação das águas nas ruínas de uma praia liminar. In: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-UFF, 2025. p. 91-104.
3. BRISO, Caio Barreto. A rising sea is eating away this Brazilian town. **Revista National Geographic**, [s. l.], 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/environment/article/a-rising-sea-is-eating-away-this-brazilian-town>. Acesso em: 18 nov. 2021.
4. CODEÇO, Fernando. Ecofagia: erosão como arte ambiental canibal. **Revista DasQuestões**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 247-265, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/37250>. Acesso em: 5 maio 2022.
5. CODEÇO, Fernando. NÁUS FRÁGEIS: uma leitura ecofágica da invasão portuguesa na Planície Goytacá. In: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-

UFF, 2025. p. 71-90.

6. FALCÃO, Hully Guedes. **Conflito, territorialidades e mudança**: um estudo sobre a dinâmica da pesca de Atafona – São João da Barra (RJ). 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
7. HARAWAY, Donna. Ficar com o problema: Antropoceno, Capitaloceno, Chthuluceno. *In*: MOORE, Jason (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022. p. 66-127.
8. HUGUENIN, Fernanda Pacheco. **Desastres ambientais no rio Paraíba do Sul do ponto de vista dos pescadores de Gargaú**: dramas e “ofensas” para uma Antropologia Política. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2006.
9. HUGUENIN, Fernanda Pacheco; MARTÍNEZ, Silvia Alicia. ‘Depois da Cataguazes, o Rio não dá mais’: acidentes socioambientais na Bacia do Paraíba do Sul como dramas sociais na pesca artesanal. *In*: ÁLVAREZ, Santiago; VALPASSOS, Carlos Abraão Moura (org.). **Alguns Olhares do Sul**: Antropologia, etnografia e análise de conflitos e crises no século XIX. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2023. p. 95-105.
10. LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do I.B.G.E., 1945.
11. LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: Lidador, 1974 [1946].
12. MACALLI, Paul. Respostas plurais ao avanço do mar – uma etnografia do deslocamento ambiental. *In*: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói, LABAC-UFF, 2025. p. 71-90.
13. MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno. **Gente das Areias**: História, meio-ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Niterói: EdUFF, 2004.
14. PÁDUA, José Augusto. Localizando a história do antropoceno: o caso do Brasil. *In*: DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; SALDANHA, Rafael (org.). **Os mil nomes de gaia**: do Antropoceno à idade da Terra. Rio de Janeiro: Machado Editora, 2022. p. 187-217.
15. PÁLSSON, Gísli. **The human age**: How we created the Anthropocene epoch and caused the climate crisis. Londres: Welbec, 2020.
16. PITREZ, Maria Cláudia Martinelli de Mello. “Tomar conta” do mar: reflexões sobre tempo de espera e apropriações de ruínas na praia de Atafona, RJ. *In*: NAIDIN, Julia; CODEÇO, Fernando (org.). **Atafona**: cartografias, arquivos e imaginários da terra em erosão. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC-UFF, 2025. p. 71-90.
17. SIMMEL, George. A ruína. *In*: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (org.). **Simmel e a**

- modernidade.** Brasília: UnB, 1998. p. 135-142.
18. STEWART, Susan. **The ruins lesson:** Meaning and material in western culture. Chicago: The University of Chicago Press, 2020.
 19. TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas:** paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.
 20. TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** Um estudo da percepção atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EdUEL, 2015.
 21. VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. **As insurreições dos Pescadores da Lagoa Feia:** Ambiente, Conflito e Memória Social no Norte do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
 22. VEIGA, Felipe Berocan; MELLO, Marco Antônio da Silva. Além das ruínas: a Arqueologia Urbana como de reconhecer e fazer conhecer a cidade. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 38, p.169-206, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41678>. Acesso em: 22 out. 2025.

Juliana Blasi Cunha

Bolsista de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8820-8230>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Pesquisa empírica, Redação e Revisão. E-mail: jblasicunha@gmail.com

Carlos Abraão Moura Valpassos

Professor de Teoria Antropológica do Departamento de Ciências Sociais e Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Doutor em Ciências Humanas com ênfase em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4876-3931>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Pesquisa empírica, Redação e Revisão. E-mail: cvalpassos@id.uff.br

Jason Bartholomew Scott

Professor do Department of Criminology & Criminal Justice da Colorado State University. Doutor em Antropologia pela University of Colorado Boulder. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7924-8479>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Pesquisa empírica, Redação e Revisão. E-mail: jasonbartscott@yahoo.com